Percepções e interpretações sobre os grafismos rupestres no Brasil nos séculos XVI-XX

Perceptions and interpretations of rock art in Brazil from the 16th to the 20th centuries

Joab Martins de Lima[1]
https://orcid.org/0009-0008-2777-7617
http://lattes.cnpq.br/7924486098506509

Recebido em: 15 de maio de 2025.
1ª revisão: 05 de junho de 2026.
Revisão final: 14 de outubro de 2026.
Aprovado em: 14 de outubro 2026.

https://doi.org/10.46401/arec.2026.v18.23415

1 Mestre em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010). Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário Bennett/RJ (2007). Possui Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: joab.lima@ufms.br

Resumo: Os grafismos rupestres no Brasil são conhecidos desde o período colonial e despertaram diferentes percepções e interpretações ao longo do tempo. Compreendendo que estas não foram neutras, mas historicamente construídas, este artigo analisa, em perspectiva histórica, as interpretações atribuídas aos grafismos rupestres entre o século XVI-XX, considerando como os contextos religiosos e científicos influenciaram a construção desses significados. O estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica realizada em fontes primárias e secundárias, presentes em livros, artigos científicos, dissertações e teses. A análise demonstra que as interpretações sobre os grafismos rupestres acompanharam transformações intelectuais e científicas, passando de forma gradual de explicações mítico-religiosas para abordagens vinculadas ao desenvolvimento da arqueologia no Brasil.

Palavras-chave: historiografia, grafismos rupestres, história da arqueologia, patrimônio cultural.

Abstract: Rock art in Brazil has been known since the colonial period and has inspired diverse perceptions and interpretations over time. Recognizing that such interpretations were not neutral but historically constructed, this article examines, from a historical perspective, the meanings attributed to rock art from the sixteenth to the twentieth century, considering how religious and scientific contexts shaped these interpretations. The study is based on bibliographical research conducted through primary and secondary sources, including books, scholarly articles, dissertations, and theses. The analysis demonstrates that interpretations of Brazilian rock art accompanied broader intellectual and scientific transformations, gradually shifting from mythical and religious explanations toward approaches associated with the development of archaeology in Brazil.

Keywords: historiography, rock art, history of archaeology, cultural heritage.

Introdução

Desde o período colonial (séc. XVI – XVIII), os grafismos rupestres no Brasil despertaram o interesse de viajantes, exploradores, religiosos, aventureiros, naturalistas e militares vinculados às nações europeias presentes no território americano. No decorrer dos séculos XIX e XX, acompanhando as transformações políticas e intelectuais do país, as interpretações dos grafismos rupestres passaram gradualmente a incorporar perspectivas de caráter científico.

Essas inscrições pictográficas, expressas por meio de pinturas ou gravuras realizadas em suportes fixos de pedra presentes ao ar livre ou em paredes de abrigos e grutas, que têm por autoria grupos humanos pretéritos, são definidas e consagradas pela literatura acadêmica como "Arte Rupestre" ou "Grafismo Rupestre" (PROUS, 1992, p. 510)[2].

Este artigo investiga os olhares lançados sobre os grafismos rupestres no Brasil entre os séculos XVI e XX, procurando responder à seguinte questão: como os diferentes contextos religiosos, políticos e científicos condicionaram a produção de interpretações sobre os grafismos rupestres no Brasil entre os séculos XVI e XX?

Diante de tal indagação, o objetivo deste artigo é analisar historicamente as percepções e interpretações atribuídas aos grafismos rupestres no Brasil entre os séculos XVI e XX, observando como diferentes contextos culturais, religiosos e científicos influenciaram tais leituras.

A relevância deste estudo reside em contribuir para a historiografia da arqueologia brasileira, ao demonstrar como a construção do conhecimento arqueológico sobre os grafismos rupestres acompanhou transformações intelectuais e científicas ao longo do tempo.

Este estudo parte da compreensão de que as interpretações sobre os grafismos rupestres no Brasil não foram neutras, mas historicamente construídas conforme os paradigmas culturais, religiosos e científicos de cada período.

Assim, os grafismos rupestres são vistos como "material arqueológico"

2 As duas expressões estarão presentes ao longo desta pesquisa, sendo que o uso da expressão "Arte Rupestre", será feito em citações diretas dos autores que desta fazem uso ou quando o seu uso for necessário ao contexto da argumentação. Porém, a expressão "Grafismos Rupestres" será usada para abranger pintura, gravura, petróglifo e até arte que possa expressar tom artístico ou algum tipo de comunicação objetiva ao longo desta pesquisa.

e fazem parte dos "[...] vários contextos históricos de pesquisa e produção de conhecimento [...]" (BARRETO, 1999, p. 34), sendo também considerados como vestígios arqueológicos tais como os líticos, a cerâmica, sepultamentos, ornamentos e outras manifestações da cultura material. Dessa forma, os grafismos constituem importante fonte para a pesquisa arqueológica, contribuindo para a formulação de novas hipóteses (PESSIS, 1993, p.10), possibilitando abarcar "leituras diversas" (FUNARI, 2021, p. 44).

Assim, analisa-se como os observadores, entre os períodos colonial e republicano até o século XX, atribuíram significados aos grafismos rupestres de acordo com as concepções de mundo vigentes em suas épocas.

Para compreender tais percepções e interpretações, empreendeu-se pesquisa bibliográfica, sob ótica de análise historiográfica, fundamentada em fontes primárias e secundárias, presentes em livros, artigos científicos, dissertações e teses, abrangendo desde registros mais antigos até produções recentes. Também foram analisadas imagens e reproduções de grafismos rupestres registradas por pesquisadores, com o objetivo de compreender as abordagens interpretativas e metodológicas empregadas sobre os grafismos observados e estudados ao longo do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no Brasil.

A análise concentrou-se na identificação das diferentes interpretações atribuídas aos grafismos rupestres e em sua relação com os contextos intelectuais, religiosos e científicos nos quais foram produzidas.

Olhares sobre os grafismos rupestres nos séculos XVI-XVII: interpretações religiosas e coloniais

A primeira menção aos grafismos rupestres no Brasil é de longa data e tem como registro mais antigo o século XVI, período no qual os primeiros contatos dos europeus possibilitaram o surgimento de "[...] relatos feitos por religiosos, aventureiros, naturalistas e militares que estavam a serviço de alguma nação europeia como Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra ou França" (JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 132).

Dentre esses relatos, o mais antigo sobre grafismos rupestres no Brasil está registrado na Nova Gazeta Alemã de 1511, onde há menção da existência de pegadas de São Tomé numa rocha (JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 133). Esta notícia

chega a Europa por meio de uma expedição comandada por D. Cristóvão de Haro, autorizada pelo então Rei de Portugal D. Manuel I, para explorar e defender a recém-descoberta colônia, conforme prática política adotada por Portugal (COSENTINO, 2021, p. 521-527; SCHÜLLER, 1915, p. 117). O relato dessa expedição, além de descrever detalhes da viagem e exploração da terra, reporta o que diziam os indígenas sobre as gravuras rupestres, que foram interpretadas como sendo pegadas de São Tomé: "Nessa mesma costa ou terra ha ainda memória de São Thomé. Quizeram também mostrar aos Portuguezes as pegadas no interior do paiz" (SCHÜLLER, 1915, p. 118)[3].

Tal relato sobre a presença de São Tomé no continente recém-descoberto, reforçou o projeto catequético empreendido pelos Jesuítas junto às comunidades indígenas[4] no século XVI, com fins de sustentar a hipótese, defendida por parte de alguns religiosos, "[...] que os nativos já teriam tido contato com ideal cristão [...]" (JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 163). Percebe-se a tentativa de inserir o Novo Mundo na narrativa cristã universal, tornando inteligível a presença dos povos indígenas dentro da história sagrada cristã. O relato do Padre Manoel da Nobrega (1517-1570) alude a esta situação:

> Dizem elles que Santo Thomé, a quem elles chamam Zome, passou por aqui. E isto lhes ficou por dito de seus passados e que suas pisadas estão signaladas junto de um rio, as quaes eu fui ver por mais certeza da verdade e vi com os proprios olhos quatro pisadas mui signaladas com seus dedos, as quaes algumas vezes cobre o rio quando enche. Dizem também que quando deixou estas pisadas, ia fugindo dos índios, que o queriam frechar, e chegando alli se lhe abrira o rio e passara pelo meio á outra parte sem se molhar e d'alli foi para a índia (NOBREGA, 1549, p. 13).

Este relato reforça que o cristianismo já havia alcançado aquelas terras anteriormente, dando autoridade e força ao projeto missionário. Além do relato do Padre Manoel da Nobrega, outros religiosos ao longo do século XVI-XVII, também

3 Em tradução do texto alemão posterior ao de Schüller em 1915, Brandenburger (1922) traz o seguinte: "Lá no Sul, os navegantes tinham feito considerável compra de pelles, lá elles tinham ouvido falar nas Cordilheiras nas pegadas de São Thomé e nas cruzes, que se achariam no interior" (BRANDENBURGER, 1922, p. 110).

4 "[...] o conceito de índio é bastante polissêmico e ambíguo, e segundo historiadores e pesquisadores da temática, procede de um equívoco histórico, equívoco devido ao entendimento errôneo dos colonizadores, pois esses acreditaram ter chegado à Índia. Embora a denominação indígena signifique o 'que é original de determinado país, região ou lugar. Nativo. Aborígene'. Apesar de parecer correto o termo índios, é importante destacar que também se trata de uma categoria trazida de fora, isto é, pelo colonizador ou não indígena" (CALDERONI; MUSSI, 2014. p. 28).

Albuquerque: revista de Estudos Culturais. Aquidauana, v. 18, n. 35, jan.- jun. 2026.
e-issn: 2526-7280

reforçaram projeto catequético fundamentado na leitura do encontro de pegadas de São Tomé impressas em rocha, o que vem atestar a existência de grafismos rupestres em locais diferentes nos inícios da colonização europeia. Dentre estes está o relato do Frei Vicente de Salvador (1564-1635) sobre a existência da presença de São Tomé na capitania hereditária da Bahia como testemunho de contato com os nativos (JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 134).

O padre Simão de Vasconcelos (1597-1671) na obra *Das notícias, curiosas e necessárias das Cousas do Brasil*, traz relatos sobre pegadas de São Tomé no litoral brasileiro reforçando o discurso que o santo teria vivido com os nativos nas capitanias de São Vicente e Bahia de todos os Santos em 1663, além de atribuir tais grafismos a letras da escrita do santo (CAVALCANTE, 2008, p. 124; JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 134).

Na obra *História da América Portuguesa*, publicada no século XVIII, o padre Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738) relata a existência de pegadas de São Tomé e outras inscrições em forma de cruz em vários locais do Brasil e da América Espanhola, retomando tradições interpretativas difundidas desde o século XVII (JUSTAMAND; *et al*, 2017, p. 135).

Ainda no final do século XVI, na obra de Ambrósio Fernandes Brandão (1555-1618) intitulada *Diálogos das Grandezas do Brasil*[5], o autor relata que o Capitão-Mor da Capitania da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho, no dia 29 de dezembro de 1598, foi informado por seus soldados que acharam junto ao rio *Arasoagipe*[6] "[...] molduras, que demonstravam na sua composição serem feitas artificialmente" (BRANDÃO, 2010, p. 70; HOLANDA, 2007, p. 216)[7].

5 Ambrósio Fernandes Brandão é aceito como autor dessa obra devido a análise feita por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, através de análise e pesquisa no escrito original. A obra foi escrita em 1618. Para mais detalhes sobre autoria, local, data de composição e contexto da obra, consultar: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos das grandezas do Brasil. 2 ed. v. 134. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. p. 09-41. Cf. DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1logos_das_Grandezas_do_Brasil. Acesso em: 05 jun. 2026.

6 "O rio Araçagi é um rio brasileiro que banha o estado da Paraíba. Principal afluente do rio Mamanguape, o Araçagi tem vital importância econômica para a região onde banha, no Brejo Paraibano, apesar de ser um rio de regime temporário. O Araçagi tem sua nascente entre os municípios de Pocinhos, Areial e Montadas." Cf. RIO ARAÇAGI. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Ara%C3%A7agi#cite_note-Archeo-5. Acesso em: 05 jun. 2026.

7 "Os litóglifos do rio Araçuagipe, na Paraíba, são os que primeiro foram observados e descritos no Brasil." (BRANDÃO, 2010, p. 97-98).

Outra menção aos grafismos rupestres é feita pelo militar holandês Elias Herckmans (1596-1644)[8], no século XVII, durante missão exploratória nos sertões da Capitania da Paraíba, na serra da *Cupaoba*, onde pode observar certas pedras lavradas pela indústria humana em 1641 (BRANDÃO, 2010, p. 97-98; ELLIS, 2007, p. 319; JUSTAMAND; *et al*, 2017, p. 135). Nesta referência do século XVII, percebe-se um afastamento das interpretações de caráter mítico-religioso predominantes em outros relatos do período. Embora ainda distante de uma abordagem arqueológica propriamente dita, Herckmans reconhece os grafismos como marcas resultantes da ação humana, atribuindo-lhes uma origem artificial.

Neste período, percebe-se que viajantes, religiosos e exploradores dos séculos XVI-XVII registraram os grafismos rupestres a partir das concepções culturais e religiosas vigentes em seu tempo. Assim, as interpretações atribuídas a esses vestígios arqueológicos foram historicamente construídas com base em referenciais míticos e cristãos, frequentemente associados ao discurso missionário e aos processos de catequização das populações indígenas. Embora predominassem essas leituras religiosas, alguns relatos já reconheciam os grafismos como produtos da ação humana, indicando perspectivas que se diferenciavam das explicações míticas predominantes.

Olhares sobre os grafismos rupestres no século XVIII-XIX: nacionalismo, evolucionismo e arqueologia imperial

Na capitania de Pernambuco, no século XVIII, na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, o Frei Gaspar da Madre Deus (1715-1800), embora discordasse de seus companheiros sobre as pegadas de São Tomé terem um cunho interpretativo religioso vendo-as como fósseis vegetais, afirma que o Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), testemunhou a existência das conhecidas pegadas de São Tomé em rochas (CAVALCANTE, 2008, p. 125; JUSTAMAND; *et al*, 2017, p. 135, 136). Contudo, a posição de Frei Gaspar da Madre Deus revela o surgimento de leituras alternativas às explicações estritamente religiosas que haviam predominado desde o século XVI. Embora sua interpretação ainda não possuísse

8 "[...] serviu no Brasil como Conselheiro Político e a quem se deve uma valiosa Descrição Geral da Capitania da Paraíba (1639)" (MELLO, 2007, p. 272).

caráter arqueológico, ela evidencia um movimento de questionamento das narrativas tradicionais associadas às pegadas de São Tomé.

Em obra escrita em fins do século XVIII e inícios do XIX (1799-1817), intitulada *Lamentações brasílicas* de autoria do Padre Francisco Teles de Meneses, é mencionado o registro de 274 sítios arqueológicos com grafismos rupestres nos atuais Estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco. O registro desses sítios pelo Padre Francisco Teles, possibilitou as primeiras interpretações que viam os grafismos como uma forma de linguagem e como forma de referência astronômica. Assim sendo, acreditava que os grafismos foram feitos por indígenas e seriam uma forma de roteiro a algum tipo de "tesouro escondido", o que o levou a vincular os alfabetos grego e hebraico, signos zodíacos e tábuas astronômicas com os grafismos rupestres, como forma de entendê-los (GASPAR, 2006, p. 32-33; JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 136).

O século XIX, período marcado no Brasil com a vinda da família real lusitana em 1808 para o Rio de Janeiro[9], conhecido na historiografia brasileira após a independência como Brasil Império (1822-1889) e marcado por processos de independência das colônias espanholas na América Latina, criou no Brasil de então, a possibilidade de construir uma identidade nacional, através de estímulos de pesquisas históricas e antropológicas (JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 138; PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 07-203).

Durante esse período, a iniciativa de Dom Pedro I trazendo para o Brasil artefatos arqueológicos como múmias egípcias e outros artefatos, e logo após no reinado de Dom Pedro II que através de seu casamento com a princesa napolitana Teresa Cristina coletou material arqueológico de Pompéia, Etrúria e de outros lugares, além da criação do Museu Nacional no Rio de Janeiro e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), possibilitou o fomento da pesquisa arqueológica que "[...] foi o centro da ideologia imperial do Brasil e isso explica seu desenvolvimento precoce" (FUNARI, 2013, p. 25). "Com a instalação da Corte no Brasil, as expedições tornaram-se oficiais e o país se transformou

9 A vinda da família real portuguesa trouxe profundas mudanças no então Brasil Colônia, através da abertura dos portos ao mundo que possibilitou a vinda de vários viajantes de diversas nacionalidades como: ingleses, alemães, dinamarqueses, italianos, suecos e franceses. "Vieram, de um lado, cientistas ansiosos por conhecer as especificidades daquela terra que por séculos ficara reservada aos portugueses. Estudiosos da flora, da fauna, dos costumes viajaram pela América lusitana para descrever plantas e animais, para estudar os costumes indígenas" (DOLHNIKOFF, 2017, p. 15). Cf. MESGRAVIS, Laima. História do Brasil Colônia. São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 155-173.

no paraíso de naturalistas viajantes" (BARRETO, 1999, p. 36)[10]. Esse ambiente institucional favoreceu o surgimento das primeiras pesquisas sistemáticas sobre vestígios arqueológicos brasileiros, incluindo os grafismos rupestres, que passaram gradualmente a ser incorporados ao campo das investigações científicas.

Com o fomento à pesquisa sendo incentivada no Brasil Império, a arqueologia em solo brasileiro tem início com os trabalhos do naturalista dinamarquês considerado o pai da paleontologia e arqueologia no Brasil Peter Wilhem Lund (1801-1880), que durante sua residência na região de Lagoa Santa, na então província de Minas Gerais, realizou pesquisas entre 1834-1844 em várias grutas cársticas a procura de fósseis de animais extintos e restos humanos, vindo a deparar-se, com "[...] pinturas rupestres ou 'rochedos indígenas' na gruta da Cerca Grande; este achado foi registrado e desenhado pelo seu assistente norueguês, Peter Andreas Brandt [...]" (FUNARI, 2021, p. 25-26; JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 141).

Com tal descoberta, o interesse através de relatos, registros e inícios de estudos voltados para grafismos rupestres aumenta por meio de diversos viajantes naturalistas, artistas e pesquisadores, que percorrem o território brasileiro explorando-o e registrando suas impressões e descobertas como o pintor francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) que faz menção, em sua obra escrita em 1834, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, da existência de pinturas rupestres na Serra do Anastácio, em Minas Gerais (JUSTAMAND; *et al*, 2017, p. 139).

Esses registros indicam uma mudança importante em relação aos séculos anteriores, pois os grafismos deixam de ser observados prioritariamente como evidências de tradições religiosas e passam a integrar os interesses científicos

10 Dom Pedro I casa-se, em 1817, com a Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo, filha do ex-imperador alemão e então imperador da Áustria. D. Leopoldina tinha inclinações para artes e ciências naturais e ao mudar-se para o Brasil, trouxe consigo o naturalista e minerálogo Roque Schüch de Trübau e o pintor Frich. Seu interesse e inclinação pelas ciências, ao que parece, possibilitou ao império a geração de projetos voltados para missões de cientistas e artistas que explorassem o país desconhecido. Da mesma forma, a princesa napolitana Dona Teresa Cristina que se casou com D. Pedro II, tinha interesses intelectuais, desenvolvendo uma paixão pelas artes e ciências, em particular a arqueologia, reunindo coleção de artefatos arqueológicos dos primórdios do Brasil, que trocava com seu irmão rei Fernando II das Duas Sicílias. (OBERACKER, 2003. p. 141). Cf. TERESA CRISTINA DE BOURBON-DUAS SICÍLIAS. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teresa_Cristina_de_Bourbon-Duas_Sic%C3%ADlias#cite_note-31. Acesso em: 05 jun. 2026.

dos viajantes naturalistas que buscavam descrever a natureza e os povos do território brasileiro.

Ainda no século XIX o cientista, médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) entre os anos 1817-1821, registrou a existência de "[...] grafismos rupestres na Serra do Anastácio, no interior do sertão da Bahia, e gravuras rupestres nas margens do rio Japurá, na região Amazônica, com desenhos de rostos humanos e cenas de movimento" (JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 138).

Auguste de Saint Hilaire (1779-1853), botânico, naturalista e viajante francês e o geólogo canadense-americano Charles Friedrich Hartt (1840-1878), também fizeram registros sobre grafismo rupestre durante suas expedições, respectivamente em 1816 e 1870. A maior discussão, durante esse período, girava em torno da questão da origem dos grafismos, se eram algum processo natural ou se eram algum tipo de intervenção humana. Ficou a cargo do escritor, magistrado, jurista, heraldista e político brasileiro, Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) em 1887 sustentar a afirmação, na obra *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil* como o primeiro trabalho mais extenso sobre arte rupestre, que os grafismos rupestres eram de obra humana e seriam possuidoras de grande antiguidade (GASPAR, 2006, p. 33-34). Quanto à questão da autoria dos grafismos, assim se pronuncia Tristão de Alencar Araripe:

> Na época do descobrimento do Brazil o vemos ocupado por uma população analfabeta e balda de architetura, sendo por consequencia incapaz de produzir monumentos literarios e architetonicos. Si pois no Brazil verificarmos a existência de antigas inscrições e de cidades abandonadas, devemos concluir, que na nossa terra subzistio um povo civilizado, que n'ella precedeo as tribus erradias encontradas pelos Portuguezes no seu advento ás plagas brasílicas, e foi o escultor d' essas inscrições e o edificador de taes cidades (ARARIPE, 1887, p. 213).

A interpretação a respeito dos grafismos rupestres serem obra de uma civilização que precedeu aos indígenas no período colonial, ao que parece alimentou a sede por descobrir qual foi essa civilização. Nesse contexto, surgiu entre os pesquisadores do século XIX na busca de resposta sobre os autores das inscrições em rocha dentro do bojo de pesquisas arqueológicas feitas no velho mundo, o surgimento de uma "arqueologia mitológica" baseada na Bíblia, encaixando os indígenas americanos dentro das narrativas bíblica da Arca de Noé e de tribos perdidas de Israel. Dessa forma, os povos do velho mundo, como

fenícios, gregos ou mesmo israelitas foram tidos como ancestrais dos indígenas americanos, que os europeus os viram, na época, como em estado de regressão cultural (MARTIN, 2005, p. 26).

Sobre esse período, Cristiana Barreto (1999, p. 36) afirma:

> Com isso inaugurou-se também todo um ciclo de especulações imaginosas que viam os índios brasileiros como o estágio final de uma civilização decadente, a qual poderia ser desde a dos fenícios, hebreus, chineses, japoneses e mongóis, até a de outros povos fictícios como os atlantes (BARRETO, 1999, p. 36).

Como exemplo dessa "arqueologia mitológica", Gabriela Martin (2005, p. 26) cita a gravura rupestre de Itacoatiara de Ingá na Paraíba, que "[..]supostamente foi encontrada em 1872 [...] num inexistente lugar de 'Pouzo Alto' no vale do Paraíba, por um também inexistente Joaquim Alves da Costa [...]", sendo interpretada como uma inscrição fenícia. Essa interpretação contribuiu para o surgimento do chamado mito fenício para fundamentar uma colonização fenícia no Brasil, antes dos europeus.

Martin (2005, p. 31) enfatiza que o mito de colonização fenícia no Brasil, encontrou defensores, além do professor austríaco Ludwig Schwennhangen, em:

> [...] Onfroy de Thoron, José da Silva Ramos, Bougard de Magalhães, o Cônego Florentino Barbosa e o Pe. Francisco Lima, além de Frederico Hats. O mito encontra também um apaixonado defensor, nos anos 70, no Dr. Barata, presidente de um certo 'Grupo arqueológico do Ceará' (MARTIN, 2005, p. 31).

A gravura mencionada por Gabriela Martin corresponde ao sítio arqueológico das Itacoatiaras do Ingá, cuja posterior investigação arqueológica demonstrou a inconsistência das interpretações que a associavam a inscrições fenícias, evidenciando os limites das especulações características da chamada arqueologia mitológica[11]. A Imagem 1 apresenta a Pedra do Ingá – Ingá/PB com seu belo grafismo. Percebe-se a técnica de gravura de incisão na rocha.

11 Para mais detalhes consultar: PESSIS, Anne-Marie; MUTZENBERG, Demétrio; CISNEIROS, Daniela; MARTIN, Gabriela; MEDEIROS, Elisabeth. Registro tridimensional georreferenciado do Sítio Arqueológico Pedra do Ingá, Ingá-PB. Revista FUMDHAMentos, São Raimundo Nonato, v. 02, n. 16, p. 35-72, 2019. ISSN - 0104 – 351 X. Disponível em: https://fumdham.org.br/cpt_revistas/fumdhamentos-xvi-2019-n2-2/. Acesso em: 05 jun. 2026. "Francisco C. Pessoa Faria acredita que as inscrições da pedra do Ingá estão ligadas ao conhecimento astronômico pré-histórico, os grafismos seriam representações estilizadas de constelações zodiacais" (CAVALCANTE, p. 123, 2008).

Imagem 1 – Pedra do Ingá/PB. Sítio de arte rupestre das Itacoatiaras do Rio Ingá.



Fonte: PEDRA DO INGÁ. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedra_do_Ing%C3%A1#/media/Ficheiro:%20Pedra_do_Ing%-C3%A1_.jpg. Acesso em: 05 jun. 2026.

Vale destacar que as pesquisas em Lagoa Santa, empreendidas por Peter Wilhelm Lund e sua equipe no século XIX, despertou o interesse de D. Pedro II a incentivar a promoção de pesquisas arqueológicas através de expedições e por meio do Museu Nacional. Os anos finais do século XIX foram o período inicial da inauguração da arqueologia no Brasil e, ao mesmo tempo, período de efervescência científica devido ao desenvolvimento do registro de "[...] levantamento de dados primários com expedições, escavações e montagem de coleções, mas também quanto à formulação de hipóteses e teorias sobre a origem e filiação cultural dos índios brasileiros [...]" (BARRETO, 1999, p. 37).

Haja vista a ausência de centros universitários, as pesquisas arqueológicas e antropológicas no Brasil, no final do século XIX até metade do século XX, foram impulsionadas por instituições nacionais como Museu Nacional no Rio de Janeiro (1876); o Museu Paraense em Belém (1894); e o Museu Paulista em São Paulo (1894), local onde cresceu o desenvolvimento das pesquisas e das teorias. Tal desenvolvimento vem dentro do bojo de paradigmas de conhecimento como evolucionismo, positivismo e naturalismo a partir de 1870 (BARRETO, 1999, p. 37-39; JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 148).

Neste período, as interpretações dos grafismos rupestres passaram por transformações significativas. As leituras predominantemente religiosas dos séculos anteriores deram lugar a explicações influenciadas pelo nacionalismo imperial, pelo naturalismo e pelas teorias evolucionistas em circulação no século XIX. Embora muitas interpretações permanecessem marcadas por

especulações acerca da origem dos autores dos grafismos, o fortalecimento das instituições científicas e das pesquisas arqueológicas contribuiu para a consolidação de abordagens cada vez mais sistemáticas, preparando o terreno para o desenvolvimento da arqueologia brasileira no século XX.

Olhares sobre os grafismos rupestres a partir do século XX: a institucionalização da arqueologia científica.

A institucionalização da arqueologia no Brasil, fomentada através dos museus, ocorre de forma marginalizada em relação as preocupações do governo republicano e em relação aos ideais românticos que buscavam revalorizar o passado nacional. A arqueologia passa a se oficializar dentro das ciências naturais, ficando isolada como "[...]conhecimento especializado, desligada da dinâmica histórica e social da época, e reservada a poucos especialistas, na sua maioria estrangeiros" (BARRETO, 1999, p. 39).

No Brasil República, a arqueologia surge de forma popularizada nas primeiras décadas do século XX, devido a intensificação pela busca de cidades perdidas que foram nutridas de diversas interpretações místicas de inscrições rupestres, que proporcionaram abundante literatura nos jornais da época. No entanto, quanto mais os pesquisadores adentravam ao território brasileiro, mais distantes ficavam as fictícias cidades, pirâmides, escritos fenícios que permeavam o imaginário romântico popular. A elite intelectual nos museus debruçava-se sobre debates a respeito da origem dos sambaquis, antiguidade dos fósseis de Lagoa Santa e sobre a origem das culturas do baixo Amazonas, o que possibilitou definir as futuras temáticas da arqueologia acadêmica (BARRETO, 1999, p. 39).

As interpretações produzidas nas primeiras décadas do século XX não eram homogêneas. Enquanto alguns pesquisadores consideravam os grafismos manifestações desprovidas de função comunicativa, outros defendiam que continham significados simbólicos, religiosos ou mesmo formas primitivas de escrita.

Com as pesquisas arqueológicas no Brasil em pleno desenvolvimento desde fins do século XIX, tendo nos museus seu centro de desenvolvimento e incentivo a pesquisa, no século XX tem início a discussão entre os pesquisadores, que

afirmam que a arte rupestre é fruto do ócio[12] e por isso não representavam nenhum tipo de comunicação (GASPAR, 2006, p. 34), como defendia o Etnógrafo alemão Theodor Koch-Grünberg[13]:

> A viagem do índio é muito agradável. Em viagens curtas e para vizinhanças amistosas, ele leva consigo até mulher, filhos e seus poucos utensílios domésticos, e só depende dele ficar horas num lugar e passar seu tempo nada precioso na vida mansa. Até no tempo pouco chuvoso, época em que a água baixa obriga os peixes a buscar os pontos mais profundos abaixo das cachoeiras, muitos índios se reúnem ali para pescar. Nessa ocasião pode, por diversão nas horas de ócio, ter surgido algum petróglifo (KOCH-GRÜNBERG 1907, p. 9).

Para Alfredo Brandão (1874-1944), na obra *A Escripta prehistorica no Brasil* (1937), os grafismos rupestres representavam forma pré-histórica de escrita, oriunda de outra civilização (GASPAR, 2006, p. 35; JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 149).

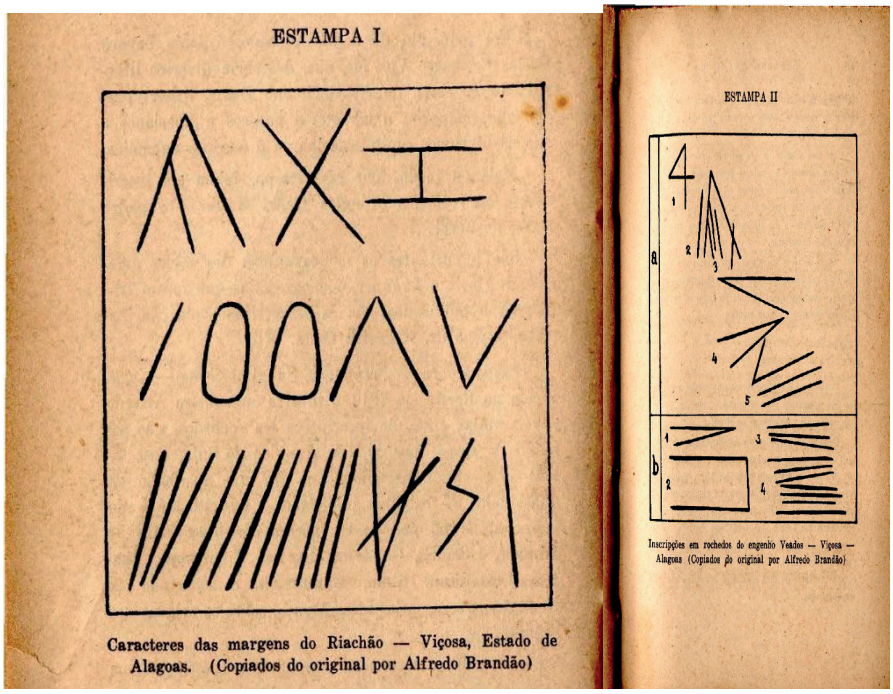
> Nosso trabalho é baseado em todas essas teorias de continentes desapparecidos. A ellas se filia, dellas aure a seiva nutritiva e ao mesmo tempo procura, com sua pequena contribuição, reforçar-lhes as idéas, trazendo-lhes o adjutorio paleographico. A interpretação que procurou dar á nossa escripta prehistorica, tem o seu ponto de partida na analogia que os nossos caracteres offerecem, não só com os caracteres prehistoricos do velho continente, mas ainda com os alphabetos dos tempos historicos de quasi todas as nações da antiguidade. A escripta prehistorica do Brasil encontra-se gravada ou traçada na superficie de rochedos em todo o paiz e especialmente nos Estados do norte (BRANDÃO, 1937, p. 14, 17).

12 A perspectiva interpretativa do ócio, também foi aplicada em vestígios arqueológicos de diferentes tipos, como os sambaquis, que foram entendidos como fruto do comportamento de preguiça por parte dos indígenas que abandonavam restos de alimentos em qualquer lugar. Estatuetas encontradas nos sambaquis, foram atribuídas a civilizações "evoluídas", em comparação ao indígena (GASPAR, 2006. p. 36).

13 "Theodor Koch-Grünberg (Grünberg, 9 de abril de 1872 - Caracaraí, 8 de outubro de 1924) foi um etnologista e explorador alemão que contribuiu de forma indelével ao estudo dos povos indígenas da América do Sul, em particular dos pemon da Venezuela e dos povos indígenas brasileiros da região Amazônica, estudando a mitologia, as lendas, a etnologia, a antropologia e história deles. Suas narrativas dos mitos dos povos indígenas, são referidos por Mário de Andrade na sua obra Macunaíma – o herói sem nenhum caráter, de 1928. Morreu inesperadamente, de malária, durante uma expedição com o pesquisador norte-americano A. Hamilton Rice e o brasileiro Silvino Santos, que procuravam cartografar o Rio Branco." THEODOR KOCH-GRÜNBERG. Disponível em: https://editoraunesp.com.br/blog/relatos-da-viagem-do-etnografo-theodor-koch-grunberg-ao-brasil-ganham-edicao-completa. Acesso em: 05 jun. 2026. Cf. THEODOR KOCH-GRÜNBERG. In:WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://de.wikipedia.org/wiki/Theodor_Koch-Gr%C3%BCnberg#Werk:_Die_brasilianischen_Expeditionen. Acesso em: 05 jun. 2026.

Pode-se observar na Imagem 2 – caracteres das margens do Riachão – Viçosa, no Estado de Alagoas e os desenhos de grafismo rupestres feitos no Engenho Veados, também em Viçosa – Alagoas, copiados por Alfredo Brandão como forma de registrar os grafismos rupestres.

Imagem 2 – Da esquerda para direita: Caracteres das margens do Riachão – Viçosa, Estado de Alagoas. Desenhos de grafismo rupestres feitos no Engenho Veados, Viçosa – Alagoas.



Fonte: BRANDÃO, 1937, p. 22, 27.

Destarte, Alfredo Brandão criou uma classificação para os grafismos rupestres dividindo-os em oito grupos de signos, como forma de método interpretativo para o que representavam: "1º) signos divinos; 2º) signos mágicos; 3º) signos de animais e vegetais; 4º) signos antropomorfos; 5º) signos de objetos e coisas; 6º) signos aglomerativos; 7º) signos desportivos; e 8º) signos decorativos." Contudo, tais interpretações, à luz de pesquisas posteriores, não agregaram valor elucidativo para se descobrir o significado dos grafismos rupestres, ficando apenas no campo interpretativo desse pesquisador (BRANDÃO, 1937, p. 121; JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 149-150).

Em contraponto a esta interpretação, estava o grupo de pesquisadores que entendia os grafismos rupestres carregados de significados que poderiam lançar luz sobre uma forma degradada de escrita ou poderia ser a origem de todas as

formas de escrita, como defendia o Etnólogo Ermano Stardelli (1852-1926)[14], para quem os grafismos, de autoria indígena, tinham significado de "[...] ordens de marcha, existência de víveres, posse, representações de deuses, instrumentos musicais, armas, animais e adornos" (GASPAR, 2006, p. 34-35). Na imagem 3 – está uma reprodução feita por Stardelli de inscrições rupestres no rio Uaupés.

Imagem 3 – Reprodução feita por Stardelli de inscrições rupestres no rio Uaupés.

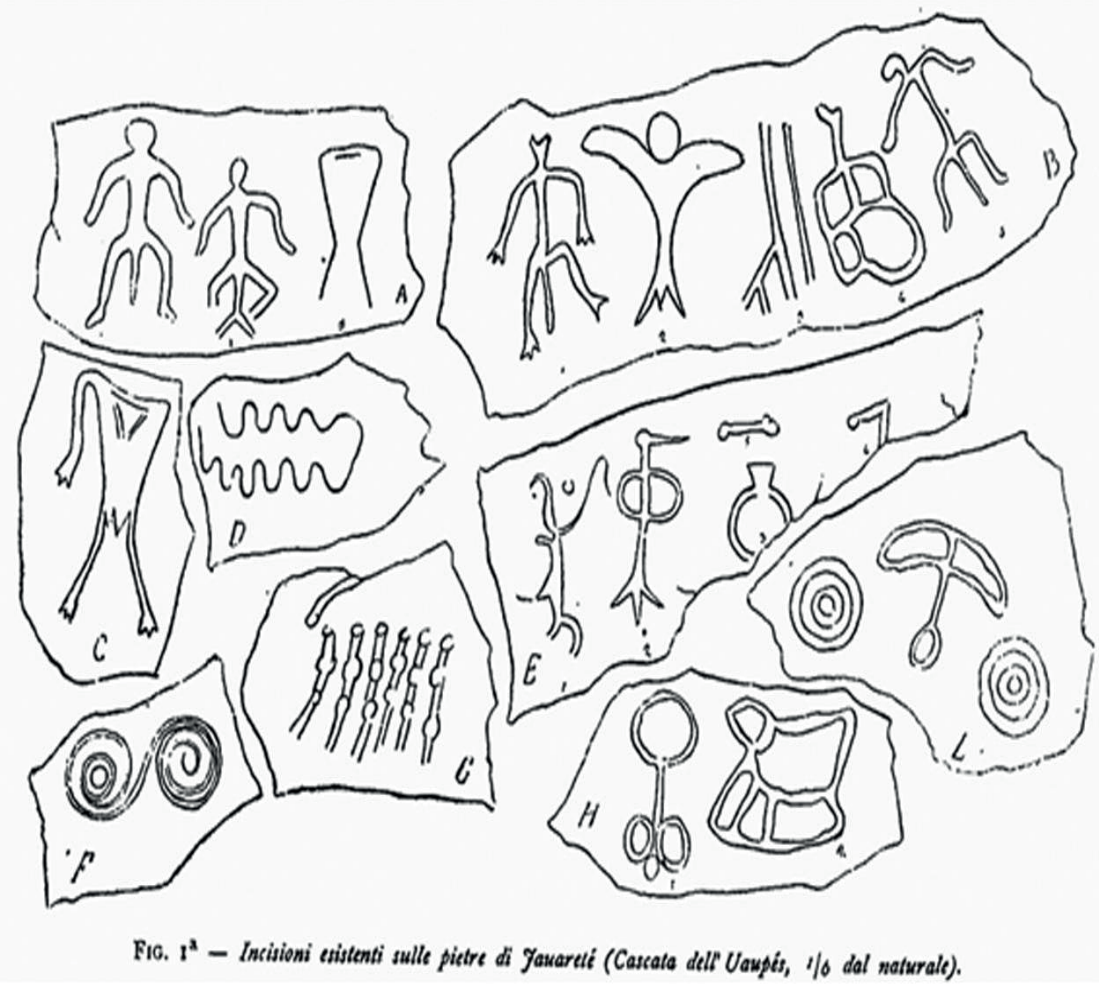


Fig. 1ª — *Incisioni esistenti sulle pietre di Jauareté (Cascata dell' Uaupés, 1/6 dal naturale).*

Fonte: Ermanno Stradelli, desenho de inscrições rupestres do rio Uaupés. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ermanno_Stradelli#/media/Ficheiro:Ermanno_Stradelli_desenhos_rupestres_rio_Uaup%C3%A9s.png. Acesso em: 05 jun. 2026.

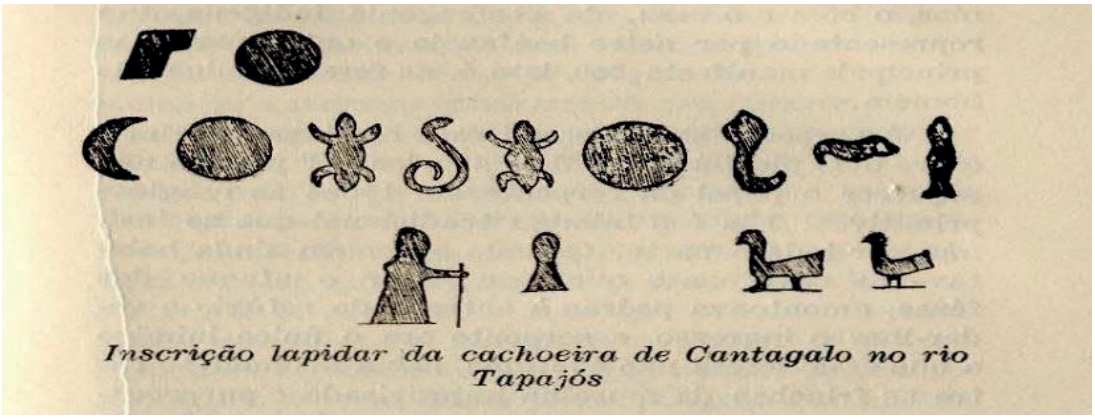
14 "Etnólogo, fotógrafo, historiador, cartógrafo, jurista, lexicógrafo e indigenista, o Conde Ermano Stradelli, nasceu em Borgo Val di Taro, Itália, em 8 de dezembro de 1852, mas naturalizado brasileiro, em 1893. Destacou-se no cenário amazônico por dedicar-se pela maior parte de sua vida ao conhecimento do Amazonas, pelo seu grande rio e muitos dos tributários deste" (MELGUEIRO, 2022, p. 28).

O engenheiro e intelectual Theodoro Sampaio (1855-1937) em 1922 apoiado no vocabulário tupi, postulou que os grafismos rupestres eram uma espécie de lápide mortuária que indicaria o nome do índio e sua descendência (GASPAR, 2006, p. 35).

> Não há dúvida de que o selvagem de hoje, nestas paragens, guarda por essas inscrições grande respeito tradicional, supersticioso, o que faz crer tenham tido elas, em outrora, significação cultural, quiçá até associada a algum pensamento funéreo (SAMPAIO; TESCHAUER, 1955, p. 62).

A Imagem 4 – apresenta uma representação de inscrição lapidar da cachoeira Cantagalo, no rio Tapajós, lugar de difícil acesso e perigoso, copiada pelo engenheiro Antônio M. Gonçalves Tocantins. "[...] mostra sobre um rochedo alto de cerca de cem metros acima das águas do río, quinze figuras de cor vermelho-ocre, desenhadas a oito metros mais ou menos acima do nível da maior enchente," (SAMPAIO, 1955, p. 67)."

Imagem 4 – Inscrição lapidar da cachoeira do Cantagalo, no rio Tapajós.



Fonte: Sampaio, 1955, p. 67.

Além disso, Theodoro Sampaio rejeita a ideia de ócio no que diz respeito aos grafismos rupestres.

> As pictografias ou inscrições feitas com tinta, nem mesmo estas que muito menor esforço e dispêndio de tempo requerem, devem ser tidas pelo observador escrupuloso, como de meros divertimentos do selvagem em horas de ócio. O preparo da tinta, quase indelével, que resiste séculos a ação do tempo, exige cuidado e trabalho que não se compadecem com o emprego fútil dos momentos de ociosidade. O índio, que grava na pedra ou desenha na mesma pedra um sinal ou figura qualquer, dependente isto de material que lhe exige custoso e prévio preparo, não brinca, reflete um pensamento que lhe merece o esforço dispendido. Nem por ser um selvagem, deixa ele de ter sentimento e memória, suscetíveis de perpetuação por escultura ou pintura (SAMPAIO; TESCHAUER, 1955, p. 54).

Theodoro Sampaio viajou cerca de 3 mil quilômetros no território brasileiro e suas viagens trouxeram contribuições importantes para a elaboração de trabalhos que foram voltados para temas de estudos sobre hidrografia, pinturas rupestres, sítios arqueológicos, língua tupi, história e geografia (CARRIS, 2023, p. 4).

Percebe-se que desde as primeiras menções até quase a primeira metade do século XX, os olhares e a interpretação sobre os grafismos rupestres oscilavam no ambiente lendário religioso, em motivações baseada no ócio, em autoria aplicada a outros povos anteriores aos indígenas do período colonial como gregos, fenícios ou atlântidas, e na aplicação de variadas interpretações sobre os significados que poderiam demonstrar.

Desde o século XIX, fica nítido que o interesse das pesquisas estava voltado para a Pré-história do Brasil, não somente no campo de pesquisa de grafismo rupestre, mas, na pesquisa arqueológica, antropológica e etnográfica dos povos pretéritos que habitaram o solo brasileiro.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, o Museu Nacional, sediado no Rio de Janeiro, foi o único que manteve atividades de pesquisa arqueológica, pois houve falta de recursos para manter as produções científicas abrindo um novo tempo na história da pesquisa. Assim, a partir da década de 1920 a "era dos museus" nacionais que impulsionavam as pesquisas, foi ficando para trás devido ao abandono dos modelos enciclopédicos e projetos de grande vulto, que veio a causar baixa produção científica na área de arqueologia no período entre guerras (1918-1939), pelo interesse crescente de uma comunidade intelectual que se voltava para a antropologia, surgimento de novos temas como a miscigenação, no âmbito internacional a crítica radical ao paradigma do evolucionismo, introdução de novos conceitos de cultura, como o relativismo cultural de Franz Boas e paradigmas e manutenção de outros. Com isso a pesquisa arqueológica

se dispersa e passa a ser exercida em centros menores e autodidatas (BARRETO, 1999, p. 39-40).

> No Brasil, a antropologia, ao sair dos museus, ressurgiria nas universidades com esses novos paradigmas, de certa forma abandonando de vez a arqueologia que, ainda moldada pelo cientificismo do século XIX, só seria integrada à universidade tardiamente, dissociada da antropologia e como um apêndice da História, isto é, como pré-história (BARRETO, 1999, p. 39-40).

A figura do antropólogo alemão Herbert Baldus que morou no Brasil a partir de 1923 e iniciou pesquisas antropológicas voltadas para diversos grupos indígenas, trouxe importante contribuição a pesquisa sobre grafismo rupestre. Baldus em 1934 e 1935, visitou o Estado de Mato Grosso e teve contato com as pinturas rupestres existentes em Sant'Ana da Chapada, o que o levou a ter interesse na área da Arqueologia. Foi nesse momento que Baldus tem seu primeiro contato com as comunidades indígenas Terena e com os Bororo de Meruri e do Sangradouro. Os registros de suas pesquisas de campo deram luz a dois artigos, "Die Erbfolge der Häuptlinge bei den Tereno" ("A sucessão hereditária dos índios Tereno") publicado em 1935, e o artigo "As pinturas rupestres de Sant'Ana da Chapada (Mato Grosso)" publicado em 1937. A visão antropológica de Herbert Baldus sobre a arte rupestre foi acompanhada em 1941 por José Anthero Pereira Jr, que refutou as interpretações da autoria dos grafismos a civilizações antigas do velho mundo e as classificou em técnicas e estilos de elaboração (GASPAR, 2006, p. 36; SILVA, 2000, p. 25-26).

Com o surgimento da arqueologia acadêmica após a década de 1930, com a criação da Universidade de São Paulo, tendo entre seus fundadores o intelectual Paulo Duarte, a pesquisa arqueológica em geral ganha novo impulso. Em 1935 Luis de Castro Faria funda o Centro de Estudos Arqueológicos que foi vinculado posteriormente ao Museu Nacional, conferindo nível acadêmico a arqueologia. Em 1952 é criada a comissão de pré-história na USP por Paulo Duarte. No Paraná, na UFPR, ocorre em 1956 a criação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) (BARRETO, 1999, p. 40-41, 42; FUNARI, 2021, p. 26).

> [...] os primeiros e mais marcantes centros acadêmicos de arqueologia foram frutos de uma política preservacionista antes de mais nada preocupada em garantir os direitos à pesquisa científica de um patrimônio em crescente destruição, surgindo praticamente à margem dos projetos intelectuais mais amplos do ensino das ciências sociais no Brasil (BARRETO, 1999, p. 41).

É preciso destacar que o papel de Paulo Duarte além de promover no Congresso Nacional a aprovação da Lei Federal 3.924 de 1961, que aborda sobre a proteção do patrimônio arqueológico, foi importante na formação acadêmica de arqueólogos, quando em parceria com Paul Rivet, diretor do Museu do Homem de Paris, trouxe ao Brasil o geógrafo Joseph Emperaire e a arqueóloga Annette Laming-Emperarire, em missão franco-brasileira que dedicou-se as pesquisas voltadas para arte rupestre (FUNARI, 2021, p. 26).

O casal empreendeu pesquisas entre 1954 e 1956 em sambaquis nos Estados de São Paulo e Paraná, que proporcionou as primeiras datações por C14 no Brasil, ministração de cursos e coordenação em 1973, de um grupo do *Center National de la Recherche Scientifique* (CNRS), voltado a pesquisas em Minas Gerais. Annette Laming-Emperarire, com sua experiência em pesquisas de arte rupestre em solo europeu, contribuiu no Brasil com metodologia de documentação e análise de arte rupestre, obtenção das primeiras datações para arte rupestre e a inserção no contexto cultural pré-histórico brasileiro (FUNARI, 2021, p. 26; GASPAR, 2006, p. 36-37).

Para Annette Laming-Emperarire, os grafismos rupestres são os vestígios que testemunham atos voluntários e conscientes dos grupos humanos pretéritos (PROUS, 1992, p. 509). Cabe mencionar que Gaspar (2006, p 37) ressalta que "na segunda metade da década de 1960 pesquisadores brasileiros haviam começado a realizar levantamentos sistemáticos de grafismos nos estados do Sul".

As pesquisas arqueológicas tomando impulso com diversas frentes empreendidas em várias regiões do Brasil, permitiu a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), organizado em mútua colaboração com o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a *Smithsonian Institution*, norte-americana, que reuniu arqueólogos brasileiros coordenados pelos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans para, no período de 1965-1970, efetuar levantamentos arqueológicos em nível nacional, empreendendo, registro de sítios arqueológicos, datação de material arqueológico e aplicando métodos de seriação em categorias denominadas "tradições", "fases" e "subfases" (BARRETO, 1999, p. 45; PROUS, 1992, p. 15).

> Várias instituições importantes, como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina e o Instituto de Pré-História (IPH), da Universidade de São Paulo, não entraram no esquema do PRONAPA, dedicando-se de preferência ao estudo minucioso de uns poucos sítios típicos, procurando as estruturas de habitação, os hábitos alimentares, etc., às vezes deixando até a prospecção em segundo plano. Estas divergências levaram alguns autores a oporem duas filosofias de trabalho. Na verdade, as duas são complementares e a divisão encontrada no Brasil, como no restante da América Latina, entre a escola de Ford (propagada pelos Evans) e outras escolas é um dos entraves ao desenvolvimento harmonioso da arqueologia nacional. Felizmente, algumas equipes tentaram, depois de 1970, manter concomitantemente intensas atividades de prospecção e algumas de escavações sistemáticas, considerando-se que isto permite uma visão mais rica dos fatos arqueológicos (Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), UFMG e UFPI) (PROUS, 1992, p. 16).

Em 1963 a arqueóloga brasileira Niéde Guidon é notificada pelo o então prefeito de Petrolina no Museu Paulista da USP, por ocasião de uma exposição de fotografias de pinturas pré-históricas encontradas em Lagoa Santa – MG, "[...] da existência de 'uns desenhos de caboclos', nas palavras do homem, parecidos com os que estavam na mostra – as fotografias retratavam um abrigo sobre rochas na Serra da Capivara, no Piauí". Neste mesmo ano, Guidon dirigiu-se ao local, porém sua chegada foi impossibilitada devido ao período de cheia dos rios na localidade. Devido ao golpe civil-militar em 1964, Guidon exilou-se na França e só retornou ao Brasil na década de 1970, ocasião em que dirigiu a missão franco-brasileira, que pesquisou 55 sítios arqueológicos, em sua maior parte com pinturas e gravuras rupestres, o que proporcionou a "[...] criação do Parque Nacional Serra da Capivara, em 1979, e da instituição da Fundação do Museu do Homem Americano em 1986" (JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 152)[15].

A partir de 1973, devido aos avanços proporcionados pelas missões franco-brasileira no Piauí e Lagoa Santa, houve um grande impulso para pesquisas sistemáticas e metodológicas, permitindo que os arqueólogos Niéde Guidon e André Prous, tomando como base a crescente produção proporcionada pelas pesquisas arqueológicas, pudessem sistematizar dados com as regiões que pesquisavam e esboçaram quadros de referência que pudessem apresentar as diferentes manifestações e como estavam distribuídas no território nacional (GASPAR, 2006, p. 37-38; PROUS, 1992, p. 509). Conforme nos informa Daniela

15 Cf. NIÉDE GUIDON: 50 anos na defesa da Serra da Capivara, maior tesouro rupestre das Américas. Disponível em: https://brasil.mongabay.com/2023/07/niede-guidon-50-anos-na-defesa-da-serra-da-capivara-maior-tesouro-rupestre-das-americas/. Acesso em: 05 jun. 2026. Cf. Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara - Sudeste do Piauí. Disponível em: https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq10.shtml. Acesso em: 05 jun. 2026.

Cisneiros Silva:

> A Missão Franco-brasileira aprofundou os estudos regionais, realizando cadastros e escavações sistemáticas em alguns sítios. Com isso se deu um impulso muito grande ao conhecimento de áreas com grande potencial arqueológico. Dentro dessa abordagem os estudos sobre grafismos rupestres puderam ser mais comparativos tanto em relação aos sítios como as regiões geográficas, permitindo intensificar as classificações tipológicas (SILVA, 2008, p. 44).

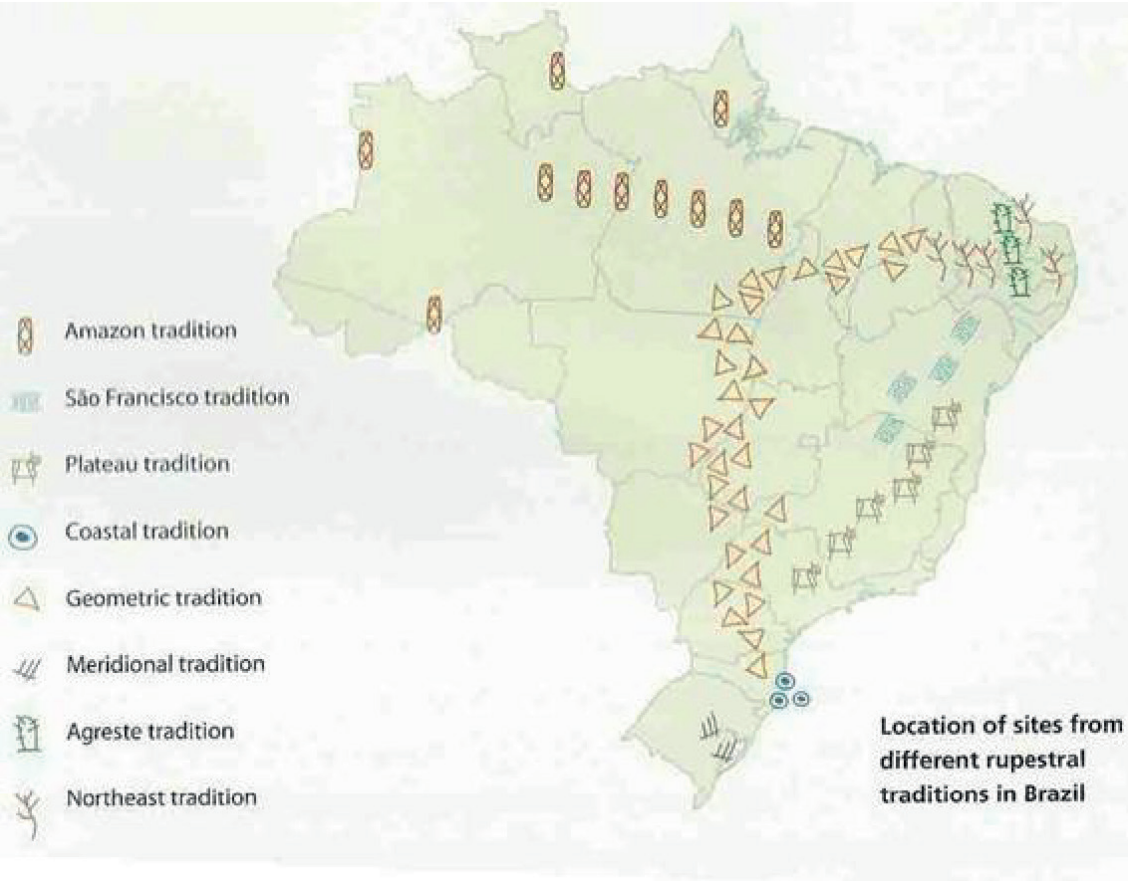
A publicação de pesquisas em várias regiões teve expressivo crescimento, como demonstra André Prous:

> Logo depois, assistimos à multiplicação dos trabalhos em novos estados: Goiás (Schmitz e Moehlecke, Simonsen, Mendonça de Souza, Mills), no Rio Grande do Norte e Pernambuco (Gabriela Martin, Ruth de Almeida), Mato Grosso (D. Vialou), etc. A partir destes novos documentos, ainda insuficientes, no entanto mais consistentes do que os disponíveis até quinze ou dez anos atrás, autores como N. Guidon e A. Prous puderam esboçar um primeiro quadro geral (PROUS, 1992, p. 509-510).

De acordo com as pesquisas que foram elaboradas no século XX, os grafismos rupestres no Brasil foram segmentados em Tradições, que indicam permanência de traços distintivos temáticos, espalhados nas regiões geográficas do Brasil, o que pode demonstrar uma abrangência cultural dos povos que habitaram o país antes da chegada dos europeus (JUSTAMAND; *et al*, 2017, p. 155; PROUS, 1992, p. 511). Além disso, foram identificados métodos de produção de grafismo rupestre em técnica de Gravado, quando os autores se valem de "[...] técnicas diversas de remoção ou abertura de superfície rochosa [...]" como a picotagem e abrasão; e a Pintura, que utiliza o uso de técnica que adiciona pigmentos de cores distintas, de forma seca ou pastosa, feitas através de pincéis, dedos, sopro ou carimbos" (VIANA *et al*, 2016, p. 01).

A Figura 1 – apresenta a distribuição das principais tradições rupestres no Brasil conforme foram estipuladas pelos pesquisadores da missão Franco-brasileira.

Figura 1 – Distribuição das principais tradições rupestres no Brasil.



Fonte: JUSTAMAND *et al*, 2017, p. 162.

A Tabela 1 – demonstra as tradições rupestres identificadas no Brasil discriminando a Tradição por Localização em Regiões/Estados e a Técnica aplicada na confecção dos grafismos.

Tabela 1 – Síntese das tradições rupestres identificadas no Brasil

Tradição	Localização: Regiões/Estados	Técnica aplicada
Meridional	Região Sul: RS; Centro-Oeste: GO; MS	Gravura
Litorânea	Ilhas do litoral catarinenses	Gravura
Geométrica	Sul: SC; PR; Sudeste: SP; Centro Oeste: GO; MT; MS[16]; Nordeste: Piauí.	Gravura e Pintura
Planalto	Nordeste: BA; Sudeste: SP; MG; Centro-Oeste: TO; GO; Sul: PR.	Pintura
Nordeste	Região Nordeste PI; PE; RN; BA; CE; SE; Sudeste: MG	Pintura
Agreste	Nordeste: CE; RN; PB; PE; PI	Pintura
São Francisco	Região Nordeste: BA; SE; PI Região Sudeste: MG Região Centro-Oeste: GO; TO; MT	Pintura
Amazônica	Região Norte: AM; AP; AC; PA; RR;	Gravura e pintura
Astronômica (cosmológica)	Região nordeste: BA	Pintura
Itacoatiara de Oeste	Região Nordeste: PI	Gravura
Itacoatiara de Leste	Região Nordeste: PB	Gravura
Geóglifos[17]	Região Centro-Oeste: MS; Região Norte: AC	Gravura
Complexo Peruaçu	Região Sudeste: MG	Pintura
Complexo Montlavânia	Região Sudeste: MG	Gravura e Pintura

Fonte: AGUIAR; SOUZA, 2017, p. 126-127; GASPAR, 2006, p. 46-53; GIRELLI, 1994; JUSTAMAND; et al, 2017, p. 155-161; PROUS,| 2007 *E-book*.

16 "O sítio Gruta da Mesa com pesquisas atualmente em andamento, segundo os pesquisadores, apresenta grafismos rupestres em técnica de pintura e gravura. As gravuras foram consideradas geométricas e encontram-se nas paredes e nas rochas caídas do teto, não tendo associação imediata com zoomorfos ou antropomorfos. As pinturas encontram-se nas paredes e nunca nas rochas que estão no solo, são divididas em geométricas, antropomórficas e zoomórficas." Para mais detalhes consultar: LIMA, Joab M. de. Grafismos Rupestres uma realidade além do Brasil: Correlações Mato Grosso do Sul – Paraguai – UFMS. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024. p. 54-60. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/10371. Acesso em: 05 jun. 2026.

17 "Um grande motivo (geralmente> 4 m) ou desenho produzido no solo, seja pela disposição de clastos (geóglifo positivo, arranjo/alinhamento de pedras, petroforma, monte de terra) ou pela remoção de clastos patinados para expor o solo não pintado (geóglifo negativo)" (BEDNARIK, 2003, p. 9, apud JUSTAMAND; et al, 2017, p. 160) [Tradução nossa].

As interpretações sobre os grafismos rupestres no século XX passaram por profunda transformação, que decorreu da institucionalização da arqueologia brasileira e do fortalecimento das pesquisas científicas. No entanto, nesse período ainda coexistiam explicações especulativas acerca da origem, função e significado dos grafismos. Entretanto, o desenvolvimento sistemático de métodos de registro, documentação e análise, proporcionou avanços significativos na compreensão desse patrimônio arqueológico, que passaram a ser classificados dentro de tradições distribuídas por diferentes regiões do país, evidenciando padrões técnicos e temáticos recorrentes, contribuindo para o reconhecimento da diversidade cultural dos grupos humanos que produziram essas manifestações. Dessa forma, os grafismos rupestres deixaram de ser interpretados apenas como curiosidades, inscrições enigmáticas ou vestígios associados a narrativas míticas, passando a constituir importante objeto de investigação científica no âmbito da arqueologia brasileira.

Considerações finais

Entre os séculos XVI e XX, os grafismos rupestres foram objeto de diferentes percepções e interpretações inseridas em contextos religiosos, políticos e científicos. Durante esses séculos os grafismos tiveram diferentes olhares, pois produziram interpretações que não foram neutras nem estáticas. Tais interpretações foram construídas historicamente de forma progressiva, conforme a cultura de referências de cada época, até que culminaram em abordagens da arqueologia científica.

No período colonial predominou a interpretação fundamentada em concepções mítico-religiosas devido a missão de catequização dos jesuítas. Essa interpretação contribuiu para fortalecer o discurso cristão na recém-descoberta colônia lusitana. Uma interpretação construída dentro de um momento histórico, sob o ponto de vista do colonizador para fortalecer o seu discurso religioso. Embora nesse período já houvesse outras interpretações, a que prevaleceu foi a que veio de uma maioria de religiosos.

No decorrer do século XIX a interpretação dos grafismos rupestres passa por mudança significativa, pois há um processo progressivo de abandono das interpretações religiosas, devido ao contexto político que permite que o olhar,

por parte dos observadores mude. A influência do nacionalismo, do fomento a pesquisas e das teorias evolucionistas, permite uma nova construção histórica sobre a interpretação dos grafismos rupestres.

No século XX com o início e institucionalização de estudos sistemáticos na arqueologia, as interpretações sobre os grafismos rupestres são construídas dentro de análises de cunho científico, o que permite lhes dar uma interpretação científica que contribuiu para o progressivo abandono das interpretações de viéis mítico-religioso e lhes concede uma interpretação diretamente ligada a atuação dos povos pretéritos em solo brasileiro. Assim, os grafismos rupestres assumem uma interpretação historicamente em conexão com a pré-história do Brasil, assumindo o status de fonte histórica.

Ao longo deste estudo foi possível demonstrar, por meio da análise historiográfica, que as percepções e interpretações atribuídas aos grafismos rupestres entre os séculos XVI-XX passaram por transformações graduais, deslocando-se de explicações predominantemente mítico-religiosas e especulativas para abordagens fundamentadas nos referenciais da arqueologia científica.

As interpretações sobre os grafismos rupestres transformaram-se ao longo do tempo porque foram produzidas por observadores inseridos em diferentes contextos históricos. Assim, os significados atribuídos a esses vestígios arqueológicos refletiram os referenciais culturais, religiosos, políticos e científicos predominantes em cada época.

Referências

AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas de.; SOUZA, João Carlos de. A escavação no Sítio Arqueológico Templo dos Pilares e sua relação com a ocupação humana e a produção de Arte Rupestre. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 32, n. 2, p.118-138, 2017. DOI: https://doi.org/10.20891/clio.V32N2p118-138. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/clioarqueologica/article/view/246408/35513. Acesso em: 05 juh. 2026.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil, **Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 1, Rio de Janeiro, 1887. Cidades Petrificadas. Disponível em: https://archive.org/details/CidadesPetrificadasEInscripcoesLapidaresNoBrazil/page/n5/mode/2up?view=theater. Acesso em: 05 jun. 2026.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: Uma breve história da arqueologia no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/30093. Acesso em: 05 jun. 2026.

BRANDENBURGER, Clemente. **Nova Gazeta da Terra do Brasil**. Do Instituto Histórico Brasileiro. Texto, Traducção, Glossário Commentario. Livraria Edanee. 1922. 124 p. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or90416/or90416.pdf. Acesso em: 05 jun. 2026.

CALDERONI, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira; MUSSI, Vanderléia Paes Leite. Culturas e história dos povos indígenas: 5º Módulo. Desconstruindo preconceitos sobre os povos indígenas. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2014. 53 p.

CARRIS, Luciene. O engenheiro afro-baiano Theodoro Sampaio e a cultura indígena nas primeiras décadas do século XX. Terra Brasilis, Rio de Janeiro, n. 19, p. 1-19, 2023. https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.13403. Disponível em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/13403. Acesso em: 05 jun. 2026.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. As pegadas de São Tomé: Ressignificações de Sítios Rupestres. **Revista de Arqueologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 121-137, 2008. DOI: https://doi.org/10.24885/sab.v21i2.254. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/254. Acesso em: 05 jun. 2026.

COSENTINO, Francisco Carlos. Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil colonial 1443-1580** v. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 585 p.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Editora Contexto, 2017. 175 p.

ELLYS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial. Tomo 1, v. 1: do descobrimento à expansão territorial. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 412 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 65, n. 2, Apr./June 2013. http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000200010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200010. Acesso em: 05 jun. 2026.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021. 125 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu.; NOELLI, Francisco Silva. Pré-História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2023. 142 p.

GASPAR, Madu. A arte rupestre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. E-book (46 p.).

GIRELLI, Maribel. **Lajedos com gravuras na região de Corumbá MS**. UNISINOS – RS. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – PPG Curso de Pós-Graduação em História Área de Concentração em Estudos Ibero-Americanos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS. Centro de Educação e Humanismo Mestrado em História. São Leopoldo, 1994. Disponível em: https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/diversas/girelli1994.pdf. Acesso em: 05 ago. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A conquista da costa Leste-Oeste. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial, Tomo 1, v. 1: do descobrimento à expansão territorial. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 412 p.

JUSTAMAND, Michel; MARTINELLI, Suely Amâncio; OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de; SILVA, Soraia Dias de Brito e. A arte rupestre pelo olhar da historiografia brasileira: uma história escrita nas rochas. **Rev. Arqueologia Pública**: Campinas, v. 11, n. 1, p.130-172, 2017. DOI: https://doi.org/10.20396/rap.v11i1.8648451. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8648451. Acesso em: 05 jun. 2026.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Petróglifos Sul-Americanos.** Berlim: Edição Ernst Wasmuth S/A, 1907. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/0AL00008.pdf. Acesso em: 05 jun. 2026.

LIMA, Joab Martins de. **Grafismos Rupestres uma realidade além do Brasil**: Correlações Mato Grosso do Sul – Paraguai – UFMS. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/10371. Acesso em: 05 jun. 2026.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 4 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. 434 p.

MELGUEIRO, Edilson Martins. **O Nheengatu de Stradelli aos Dias Atuais**: uma contribuição aos estudos lexicais de línguas Tupí-Guaraní em perspectiva diacrônica – DF. UNB. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Depto. de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2022.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial. Tomo 1, v. 1: do descobrimento à expansão territorial. 15 ed.

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 412 p.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Editora Contexto, 2017. 173 p.

NOBREGA, Manoel. **Cartas jesuítica I.** Cartas do Brasil do Padre Manoel Nobrega 1549-1560. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, dezembro, 1886. 186 p.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico, Tomo II, v. 3: O processo de emancipação. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 459 p.

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; ANDRADE, Juliana Alves de; ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. O conceito de Pré-história nos livros didáticos de História no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n.47, p. 277-302, set./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.5965/1984724621472020277. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/17698. Acesso em: 05 jun. 2024.

PESSIS, Anne-Marie. Registros rupestres, perfil gráfico e social. **Clio Arqueológica,** Recife, n. 9, p. 7-14, 1993.

PESSIS, Anne-Marie; MUTZENBERG, Demétrio; CISNEIROS, Daniela; MARTIN, Gabriela; MEDEIROS, Elisabeth. Registro tridimensional georreferenciado do Sítio Arqueológico Pedra do Ingá, Ingá-PB. **Revista FUMDHAMentos**, São Raimundo Nonato, v. 02, n. 16, p. 35-72, 2019. ISSN - 0104 – 351 X. Disponível em: https://fumdham.org.br/cpt_revistas/fumdhamentos-xvi-2019-n2-2/. Acesso em: 05 jun. 2026.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 206 p.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 1992. 613 p.

PROUS, André. **Artes pré-históricas do Brasil**. 1 ed. Belo Horizonte: Arte, 2007. *E-book*.

SAMPAIO, Theodoro. TESCHAUER, Carlos. **Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIV e a etnografia indígena**. Salvador: Progresso. 1955. 305 p. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/biblio:sampaio-1955-viajantes. Acesso em: 05 jun. 2026.

SCHÜLLER, Rudolph. **A Nova Gazeta da Terra do Brasil**. Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXXIII, 1915. 397 p. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/biblio:schuller-1915-nova. Acesso em: 05 jun. 2026.

SILVA, Daniela Cisneiros. **Similaridades e diferenças nas pinturas rupestres pré-históricas de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara** – PI.

UFPE. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/396. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, Orlando Sampaio. O Antropólogo Herbert Baldus. **Revista de Antropologia**, São Paulo – USP, v. 43, n. 02, p. 23-79, 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-77012000000200004. Disponível em: https://revistas.usp.br/ra/article/view/27073. Acesso em: 05 jun. 2026.

Sites consultados

Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara - Sudeste do Piauí. Disponível em: https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq10.shtml. Acesso em: 05 jun. 2026.

DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1logos_das_Grandezas_do_Brasil. Acesso em: 05 jun. 2026.

NIÉDE GUIDON: 50 anos na defesa da Serra da Capivara, maior tesouro rupestre das Américas. Disponível em: https://brasil.mongabay.com/2023/07/niede-guidon-50-anos-na-defesa-da-serra-da-capivara-maior-tesouro-rupestre-das-americas/. Acesso em: 05 jun. 2026.

RIO ARAÇAGI. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Ara%C3%A7agi#cite_note-Archeo-5. Acesso em: 05 jun. 2026.

TERESA CRISTINA DE BOURBON-DUAS SICÍLIAS. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teresa_Cristina_de_Bourbon-Duas_Sic%C3%ADlias#cite_note-31. Acesso em: 05 jun. 2026.